

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.405 - RS (2019/0109516-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **GLENISSON CARDOSO ROTTA**
ADVOGADOS : **RAFAEL ALVES ROTTA - RS110029**
 PAMELLA BAUER VELASCO - RS109891
AGRAVADO : **DINO CESAR RODRIGUES DA SILVA**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GLENISSON CARDOSO ROTTA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO.

Hipótese em que o evento danoso ocorreu por culpa exclusiva do demandado, que ingressou em via preferencial sem atentar para o fluxo de veículos.

Alterado, de ofício, o termo inicial dos juros de mora.

APELO NÃO PROVIDO. UNÂNIME" (fl. 232 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 370/313 e-STJ).

No recurso especial, foi alegada violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) artigos 489, § 1º, inciso IV, e 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015 - ao fundamento de que *"o Tribunal a quo proferiu decisão imbuída de vícios de omissão e obscuridade ao ignorar a conduta do Recorrido alterado a verdade dos fatos forjar documentos que contradizem a própria narrativa inicial"* (fl. 325 e-STJ).

(ii) artigo 80, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015 - sob o argumento de que o ora recorrido adotou conduta totalmente desleal no decorrer da instrução processual, atentando contra a boa-fé processual e à dignidade da justiça, quando produziu documentos superfaturados para obter vantagem ilícita.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 341/348 e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Registre-se que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Preliminarmente, não se configura a alegada negativa de prestação jurisdicional, haja vista que o Tribunal de origem, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, se manifestou objetivamente sobre os supostos vícios apontados pelo então embargante.

Na verdade, ficou configurado o mero inconformismo do embargante com a solução dada à controvérsia pela Corte local, não havendo falar em violação dos artigos 489, § 1º, inciso IV, e 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. ACTIO NATA. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO ILÍCITO. PRECEDENTES. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. 3. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS. REVISÃO OBSTADA PELA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 4. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. 5. 5. HONORÁRIOS RECURSAIS NO AGRAVO INTERNO. DESCABIMENTO. 6. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou configurada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1.473.276/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/9/2019, DJe 19/9/2019)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. OBSERVÂNCIA DE ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DISTINGUISHING. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(...)

4. Inexistentes as hipóteses do art. 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os

Superior Tribunal de Justiça

embargos de declaração que têm nítido caráter infringente. 5. Os aclaratórios não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado que julgou a causa de forma fundamentada, sem omissões, contradições, obscuridade ou erro material.

6. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa."

(EDcl no REsp 1.724.544/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 21/8/2019)

No mais, igualmente não assiste razão ao recorrente quanto à tentativa de ver o ora recorrido condenado por litigância de má-fé.

A Corte *a quo*, soberana na apreciação do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que *"não há qualquer prova de que o autor tenha produzido documentos inverídico"* (fl. 289 e-STJ).

Esclareceu, ainda, que

"(...) o teor do recibo da fl. 174 sequer se coaduna com o orçamento da fl. 20, tratando-se de serviço diverso, aquele, inclusive, com valores das peças, o que não havia constado do orçamento inicial. Logo, não pode ser considerado como um documento forjado. Da mesma forma em relação aos valores dos lucros cessantes. Conforme petição da fl. 172, a declaração da fl. 173 se presta para demonstrar o período para fins de apuração da indenização e não o valor.

Ainda, sobre não terem sido considerados os valores mais altos para fins de condenação, trata-se de obter dictum" (fl. 310 e-STJ).

Nesse contexto, observa-se que a análise dos argumentos do recorrente quanto a esse ponto não dependeria apenas de reavaliação jurídica das premissas fáticas consideradas pelo Tribunal de apelação, mas de profundo revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, procedimento vedado na via do recurso especial por força da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e negar-lhe provimento.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista que já foram fixados na origem no percentual máximo de 20% (vinte por cento) sobre o proveito econômico obtido na presente ação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

